

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Ações para estimular o emprego também sofrem cortes	2
Título: Barragem em risco cria ‘terrorismo psicológico’	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Dez das maiores empresas do país perderam R\$ 1,2 bi com os caminhoneiros	4
Título: Se governo der segurança contra grevista na estrada, garantiremos suprimento, diz CNT	6
Título: CPI sobre Brumadinho patina sem obter provas contra cúpula da Vale	8
Título: Mariana e Brumadinho, tragédias anunciadas pela universidade pública	11
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Estados resistem a privatizar distribuidoras de gás	13
Título: Com imbróglio judicial, falta GNV nos postos em MT	15
Título: Crescimento de fontes de energia limpa é boa notícia para o país	16
Título: Rompimento de barragem pode ter impacto maior, diz MP	17
Título: O paraíso do paraíso	18
Título: Mais uma linha de emergência para ajudar estados	20
VEÍCULO: Correio Braziliense	22
Título: Brumadinho tenta renascer da lama	22
Título: Carros elétricos guiam o DF à sustentabilidade	25

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 19/05/2019**Seção:** Economia**Autor:** L.R. e A.B.**Título:** Ações para estimular o emprego também sofrem cortes

Mesmo com 13 milhões de desempregados, iniciativas para ajudar trabalhadores perdem 25% dos recursos

Mesmo com o aumento do número de pessoas à procura de trabalho, o governo contingenciou R\$ 59,2 milhões em ações para estimular o emprego. De acordo com levantamento da Associação Contas Abertas, 25,2% dos recursos voltados para a área estão bloqueados. O maior corte foi no orçamento destinado ao sistema de integração das ações de emprego, trabalho e renda, que perdeu R\$ 44,8 milhões. Os recursos para cadastros públicos na área de trabalho e emprego foram reduzidos em de R\$ 4,1 milhões.

O projeto de modernização e ampliação da rede de atendimento do programa do seguro-desemprego, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (Sine), perdeu R\$ 9,6 milhões. Um dos principais projetos da equipe econômica na área envolve justamente a reformulação do Sine – a ideia é compartilhar a base de currículos com empresas para obter mais sucesso na alocação de trabalhadores nas vagas disponíveis. O professor da FGV Gustavo Fernandes afirma que parte das ações mais cortadas pelo governo são de médio e longo prazos, ou seja, não dão retorno imediato. No centro de várias polêmicas, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos perdeu toda a verba destinada à publicidade de programas de utilidade pública, de R\$ 475 mil.

A pasta da ministra Damare Alves também ficou sem 45,9% da verba para implantação do Memorial da Anistia Política no Brasil. O ministério disse que não há espaço no orçamento para novos contingenciamentos. "A pasta como um todo não dispõe do necessário para dar continuidade aos programas já existentes e tampouco ampliar a execução de políticas públicas."

Outro lado. Todos os ministérios citados foram procurados para comentar o tema. O da Infraestrutura afirmou que tem priorizado a conclusão de obras com elevado grau de execução, bem como os eixos de escoamento de produção agroindustrial. Já o de **Minas e Energia** informou que trabalha para manter a regularidade das atividades. O Ministério da Ciência e Tecnologia disse que atua para minimizar o impacto do corte.

Segundo o Ministério da Defesa, o bloqueio não impôs mudanças na operacionalidade da pasta neste momento. O Ministério da Educação informou que nenhum programa foi cancelado ou suspenso. O Ministério do Desenvolvimento Regional informou que optou por concentrar seus investimentos em ações de maior impacto para população. O Itamaraty disse que suas despesas serão adequadas ao cronograma de liberação orçamentária. Já a Presidência da República afirmou que o assunto deveria ser tratado com o Ministério da Economia. As demais pastas não responderam.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/05/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BH

Título: Barragem em risco cria 'terrorismo psicológico'

Moradores de Cocais se mostram aflitos com iminente ruptura de estrutura da Vale

"O que vivemos é um terrorismo psicológico", afirma o padre José Antonio de Oliveira, do Santuário de São João Batista em Barão de Cocais. O religioso, de 67 anos, está há três anos na cidade e é o refúgio de moradores aflitos com a possibilidade de ruptura da barragem da Vale no município, a partir de hoje. Ao mesmo tempo, figura entre os prováveis desalojados pela lama, caso a represa se rompa. "A igreja, não, mas a casa paroquial está na área que pode ser atingida", conta.

Barão de Cocais é uma cidade onde o medo se renova. Menos de dois meses depois de a barragem Sul Superior, da Vale, no município, ter seu nível de segurança elevado para 3 – o que significa ruptura a qualquer momento –, a população do município passou a ter motivo para se preocupar ainda mais. Agora, pelo risco do talude da cava da mina da empresa desmoronar, provocando abalo sísmico e uma possível ruptura da barragem Sul Superior, localizada a 1,5 quilômetro. Entre o anúncio da ruptura iminente, em 22 de março, e a constatação de risco para o talude, em 13 de maio, transcorreram exatos 52 dias. "Os mais afetados são os idosos e as crianças", relata o padre José Antonio.

"Um grupo grande de moradores já vive a experiência concreta de ficar sem casa. Deixaram tudo para trás: animais, sua história. Não é algo fácil." O religioso diz ser grande o número de relatos de doenças relatadas pelos fiéis. "Atendo muita gente com depressão e com outras doenças que agora se agravaram." O clima na cidade, segundo o padre, é de insegurança e apreensão. "O simulado, o meio-fio pintado. Tudo isso é um terrorismo psicológico. Cria um

ambiente pesado", diz. A tinta no meio-fio serve para marcar o alcance da lama. Zona de autossalvamento. Entre as pessoas que já tiveram de deixar suas residências está a analista administrativa Élide Geralda Couto, que morava em Socorro, distrito de Barão de Cocais localizado na chamada zona de autossalvamento da barragem, ou seja, muito próximos da represa, a ponto de as pessoas não conseguirem escapar em caso de rompimento da barragem.

Élide, hoje, mora na cidade em uma casa com aluguel pago pela Vale. "Nossa vida está em Socorro. A cada dia acontece uma coisa diferente. Agora, é a questão do talude. Estão nos matando aos poucos", afirma. A comunidade de Socorro foi retirada de suas casas em 8 de fevereiro, antes da elevação do nível de segurança da barragem a 3. Naquele momento, todos foram levados para hotéis. Alguns, no entanto, não saíram de suas casas, como é o caso de Lindaura de Lourdes Mateus, de 51 anos. "A gente tem fé de que vai voltar para casa." A ex-moradora de Socorro reclama de falta de informações por parte da Vale. "Não falam nada." Ontem, o Ministério Público de Minas emitiu recomendação para que a empresa repasse a situação da barragem e diga aos moradores o que pode acontecer com a estrutura. Em nota ontem, a Vale disse que vem mantendo a população informada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Júlia Moura e Daniela Arcanjo

Título: Dez das maiores empresas do país perderam R\$ 1,2 bi com os caminhoneiros

Levantamento a partir de balanços mostra que 68% das companhias listadas no Ibovespa sentiram os efeitos negativos da paralisação

São Paulo- Dez companhias do Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, somam R\$ 1,187 bilhão de perdas com a paralisação dos caminhoneiros em 2018. Os prejuízos aparecem no chamado Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

Das 63 empresas que compõem o índice, 68% destacam efeitos da mobilização em seus balanços. A maioria conseguiu compensar as perdas de maio com bons resultados dos meses seguintes.

O segundo trimestre, entretanto, foi pior que o mesmo período de 2017.

As mais afetadas são distribuidoras e produtoras de combustíveis. Raízen Combustíveis, da Cosan, Ipiranga, da Ultrapar, e BR Distribuidora, da Petrobras,

perderam R\$ 200 milhões cada uma com a queda no preço do diesel decorrente da paralisação.

Em seguida, vêm os frigoríficos, que interromperam o fluxo de abate. A Seara, da JBS, foi afetada em R\$ 113 milhões. A Marfrig relatou um impacto estimado de R\$ 80 milhões a R\$ 100 milhões no segundo trimestre. Já a BRF relata R\$ 85 milhões de perdas no mesmo período.

"No setor de serviços, a perda é irreversível. No caso de transportes, isso fica bem claro. Aquela cadeira de avião que ficou desocupada em um voo é um prejuízo que não se recupera", diz José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator.

Gonçalves lembra que na produção o dano é menor. O minério pode ficar dias sem ser transportado. Mas todos sofrem com estoques.

"O estoque arrebenta muita gente porque o capital de giro fica descasado: você vende menos do que o esperado e ainda tem contas para pagar. Quando você tem uma variação no estoque que não está na sua conta, o efeito financeiro pode ser muito grande", diz.

Com bloqueio nas estradas e a falta de combustíveis, CCR e Ecorodovias perderam fluxo de pedágios e registraram perdas de R\$ 26 milhões e R\$ 15 milhões, respectivamente.

A indústria primária viu os estoques e o preço de custo aumentarem. O movimento dos caminhoneiros foi uma das razões de a petroquímica Braskem registrar uma redução de 20% no Ebitda.

Distribuidoras de energia sofreram com a queda de consumo pela paralisação da indústria. A Equatorial Energia, controladora das distribuidoras Ceai, Cemar, Celpa e Cepisa, relatou queda de 4,8% no consumo das indústrias no comparativo do segundo trimestre de 2018 e 2017.

O varejo também sofreu revezes. As companhias, contudo, supriram a queda nas vendas com o bom desempenho do segundo semestre.

A Natura, por exemplo, viu sua margem bruta cair 2% no período em comparação a 2017 em razão do aumento de custo de produção com a paralisação, promoções e efeitos cambiais. A produção de sabonetes da companhia também retrocedeu no período.

"O impacto é o mesmo que retirar esses dez dias de paralisação do calendário anual, como se eles não existissem para a produção das empresas. A paralisação

interrompeu a logística completamente e a situação demorou a se normalizar", diz Gabriel Francisco, analista da XP Investimentos.

Ele lembra que a economia não teve bom desempenho, então, as companhias não tinham como se recuperar bem. "Teríamos de ter tido um segundo semestre maravilhoso, mas foi ano de eleição conturbada." A agropecuária, setor mais prejudicado, cresceu 0,1% no ano. A indústria, 0,6%, e os serviços, 1,3%.

Outra herança do movimento é a inflação. Um ano após a paralisação, a estimativa média para a inflação é de 5%, acima da meta de 4,25%, por causa de, em grande parte, a alta de preços em maio de 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Heloísa Negrão

Título: Se governo der segurança contra grevista na estrada, garantiremos suprimento, diz CNT

Entrevista : VANDER FRANCISCO COSTA

São Paulo- Para Vander Francisco Costa, presidente da CNT (Confederação Nacional do Transporte), se houvesse uma nova paralisação de caminhoneiros, as transportadoras dariam conta de abastecer o país. Ao governo caberia apenas garantir segurança nas estradas.

Para ele, a lei da tabela do piso do frete prejudicou os próprios autônomos.

Com o preço tabelado, ficou mais barato para as transportadoras aumentarem as frotas do que contratar terceiros.

Some-se a isso a falta de demanda para todo o setor, em razão da lentidão econômica.

O que mudou após a paralisação de 2018?

Não mudou grande coisa. Para os carreteiros, houve aumento no preço praticado, cerca de 30%. E a cabotagem apresentou um crescimento na ordem de 20%.

De acordo com a Fenabreve, houve alta de 46% nos emplacamentos de caminhão. A maior parte são empresas de transporte que estão comprando os veículos.

Esse aumento nas compras tem alguma coisa a ver com a paralisação de 2018?

Tem, em razão da insegurança jurídica da tabela do frete. Temos uma lei que é impositiva, mas não se sabe se é constitucional. Se o ministro [Luiz] Fux entender que é constitucional, todo o mundo que contratou carreteiro abaixo da tabela passará a ter um passivo muito grande.

As transportadoras poderão ter de pagar a quem foi contratado abaixo da tabela?

Se for constitucional, sim, porque a lei está vigorando. Os efeitos da lei não foram suspensos. É por isso que os carreteiros estão sentindo falta [de fretes], o mercado deles diminuiu em razão da insegurança jurídica.

Eles reclamam que as empresas dominam o mercado. Quando se tem uma lei de tabela de frete querendo agredir a lei de mercado, as empresas passam a buscar pelo preço. Com a tabela, fica mais barato ter frota própria [do que contratar caminhoneiro terceirizado].

Os caminhoneiros dizem que o frete não cobre mais suas despesas básicas. A melhor solução seria o STF [Supremo Tribunal Federal] pôr a tabela valendo por seis meses e depois o mercado volta a trabalhar normalmente. A interferência no domínio econômico tem de ser temporária, só para corrigir a distorção.

Qual a solução para a alta do diesel?

A Petrobras tem como trabalhar com mais previsibilidade em benefício da sociedade e sem comprometer seus resultados. Ela pode determinar aumento de preço a cada três ou quatro meses e fazer hedge do preço.

E por que o sr. acha que isso não está sendo feito?

Por absoluta falta de vontade, de sensibilidade política. Isso é feito no mundo inteiro pelas grandes petroleiras.

A CNT tem conversado com o governo?

Eu tenho conversado com [as pastas de] Infra-estrutura e Economia. Houve algumas audiências, mas foram eleitos outros interlocutores para falar, por ocasião da ameaça de greve.

O sr. está falando sobre as reuniões com os líderes dos caminhoneiros?

O governo abriu mão de falar com as transportadoras por causa da greve e acabou indo falar direto com o autônomo.

Porque havia ameaça de greve, certo?

Cheguei a falar com alguns ministros que, se eles garantirem segurança, nossos caminhões vão poder transitar com segurança, sem risco aos nossos motoristas, garantimos o suprimento do Brasil. Nossa frota é mais do que o dobro que a dos autônomos.

A subida do frete não vai impactar a inflação?

Eu fiz as contas, se aplicar a tabela do transporte no litro de leite, vai haver repasse de R\$ 0,01.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/05/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Rubens Valente

Título: CPI sobre Brumadinho patina sem obter provas contra cúpula da Vale

Comissão lida com faltas de integrantes e não deve analisar dados gerados por quebra de sigilo

Com quase 60% do seu tempo já esgotado, a CPI criada no Senado para investigar o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG) pouco avançou sobre as responsabilidades da cúpula da mineradora no desastre.

Ela caminha em ritmo lento, sem revelações de testemunhas-chave e sem analisar dados gerados por quebras de sigilo telefônico e de email.

Em 25 de janeiro, o rompimento matou 240 pessoas e deixou 32 desaparecidas. A CPI, instalada em 13 de março com 11 titulares, deve acabar até meados de julho.

A dificuldade dos trabalhos levou a presidente da comissão, Rose de Freitas (Pode-ES), a pedir em plenário ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), a substituição de membros que não estão indo às reuniões.

"Nós estamos tendo um problema que é muito importante em relação a essa CPI. Os membros constantes da comissão, presidente, por excesso de atividades, não têm podido comparecer à comissão. E não podendo comparecer à comissão, nosso quórum tem sido restrito", disse.

Um dia antes, um dos senadores mais assíduos na CPI, Jorge Kajuru (PSB-GO), já havia apontado a baixa participação dos colegas. "Parece-me que é a nona ou

décima reunião nossa, nós somos 11 membros, [porém] estamos aqui com quatro", pontuou.

Rose concordou: "Nossa luta é muito grande para trazer os senadores aqui. Alguns, quero destacar, vêm aqui, dão a presença, pelo menos colaboram para que a reunião possa ser realizada. Mas tenho um pensamento muito claro sobre isto: muito será cobrado a quem muito houver confiado".

O relator da CPI, Carlos Viana (PSD-MG), que também participou de todas as reuniões, reconheceu à Folha que a comissão dá menos destaque "ao lado criminal", que ficaria a cargo das investigações já em andamento no Ministério Público Federal e na Polícia Federal, e se concentra em propor mudanças mais abrangentes de controle das barragens, com mudanças em leis e ações de fiscalização.

Contudo, em março, ao apresentar plano de trabalho, o relator colocou como primeiro objetivo da CPI: "Investigar as causas da tragédia, ouvindo os envolvidos e analisando documentos, com encaminhamento das conclusões ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Minas Gerais e aos demais órgãos responsáveis pela continuação das investigações".

O relator disse à reportagem que as investigações do MPF, da PF e da própria CPI terão dificuldade para apontar suposta culpa da alta cúpula da Vale, por falta de evidências

Ficou provado até agora, afirma, que havia informações disponíveis para os altos diretores sobre a situação na mina, mas seria insuficiente para acusá-los de concorrer para o rompimento. Além disso, disse que há problema sobre o tipo penal a ser atribuído aos escalões mais baixos da Vale.

"A Polícia Federal está com muita dificuldade em tipificar o crime como homicídio. Porque você tem os mortos, mas não tem a definição de quem seria o responsável direto. A investigação até o momento está muito clara de que os gerentes e diretores ligados a Brumadinho tinham consciência de que a barragem poderia se romper. E o grande desafio é qual a responsabilidade de cada um nisso. Essa definição de homicídio por dolo, dolo eventual ou culposos é que vai ser o grande desafio da área criminal", disse.

Originalmente a CPI tinha 180 dias de prazo, mas o comando da comissão resolveu reduzir para 120. O calendário é apertado, considerando que algumas comissões trabalharam até um ano no Congresso.

O ritmo também é desalentador. Em 20 dias, de 24 de abril a 13 de maio, não houve nenhuma reunião. Desde sua instalação, em março, ocorreram apenas nove sessões de trabalho —uma décima foi gasta com eleição e instalação.

Mantido o atual ritmo, restariam, segundo as contas dos parlamentares, apenas seis ou sete reuniões pela frente, já que o relator estabeleceu o dia 2 de julho como a data para entrega do relatório final.

Até agora a CPI não fez a análise da quebra dos sigilos de emails dos principais envolvidos nem deverá fazê-lo, já que a relatoria optou por adotar os relatórios já feitos pelo Ministério Público Federal. A título de comparação, a CPI Mista do Cachoeira, de 2012, que investigou os negócios do empresário de jogos Carlos Cachoeira, obteve e analisou 12 mil quebras de sigilo.

Não é possível argumentar que há excesso de CPIs no Senado —a de Brumadinho é hoje a única em andamento na Casa. Pelas regras internas, poderiam ocorrer quantas reuniões fossem necessárias, mas a média tem sido de apenas uma reunião semanal.

Outro ponto que ficou em aberto foi a decisão, tomada no início dos trabalhos, de a CPI visitar cinco barragens, uma delas no Amapá. Segundo o relator, as viagens vão ocorrer até o final do prazo da comissão, e o agendamento depende da presidente Rose.

Um aspecto que atrapalha a CPI, segundo os senadores, é a sequência de medidas judiciais concedidas tanto pela justiça comum quanto pelo STF (Supremo Tribunal Federal) para permitir que os investigados permaneçam em silêncio ao serem indagados pelos parlamentares —medida concedida em várias outras CPIs.

Tanto Carlos Viana quanto Rose e Kajuru falaram, nas reuniões da comissão, sobre as dificuldades de tomada dos depoimentos. "O STF concedeu habeas corpus a quase todos. Alguns quebraram essa resistência e falaram. [...] Os depoimentos ferem de coração o compromisso que se tem de falar a verdade. É vergonhoso ouvir os depoimentos que foram lá prestados. É uma troca de responsabilidades sucedâneas. Onde ninguém tem culpa", afirmou Rose no plenário do Senado.

O relator Carlos Viana diz considerar que a CPI está cumprindo os objetivos a que se propôs desde o início. "Estamos fazendo a compilação de 41 projetos que estão tramitando na Câmara e no Senado sobre mineração, barragens e assuntos diversos. E vamos trabalhar em conjunto com a Câmara", afirma. "Na questão da legislação, nossa ideia é propor uma regulamentação totalmente nova para as barragens de rejeito no Brasil."

"Na parte criminal estamos seguindo [os trabalhos do Ministério Público e da polícia]. A questão do homicídio, se doloso ou culposos, vamos aguardar a

definição dos inquéritos. Mas na legislação já achamos uma série de falhas que levaram ao desastre", disse.

As dificuldades da CPI no Senado não impediram que a Câmara dos Deputados instalasse, no último dia 25, sua própria CPI do Rompimento da Barragem de Brumadinho. É a segunda em andamento na Casa na atual legislatura.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/05/2019

Seção: Ilustrada

Autor:

Título: Mariana e Brumadinho, tragédias anunciadas pela universidade pública

Considerados pouco úteis à sociedade pela gestão Bolsonaro, cursos de ciências humanas produziram pesquisas que poderiam ter evitado recentes desastres na mineração

Por Henri Acselrad

Professor do Ippur (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisador do

CnPq

Autoridades do governo Bolsonaro têm insinuado que a universidade pública brasileira é pouco produtiva — sobretudo a área de ciências humanas, que não formaria cidadãos socialmente úteis nem ofereceria à sociedade um saber relevante.

Nenhum indicador foi apresentado para justificar tais afirmações, mas existem muitos que provam o contrário. Um deles, por exemplo, é o grande número de resultados de pesquisas científicas desenvolvidas na área de ciências humanas a propósito das práticas indevidas de atividades mineradoras em geral e da empresa Vale S. A. em particular.

Grande parte desses trabalhos acadêmicos permitiu verificar empiricamente, em diversos pontos do território nacional, o caráter impróprio de muitas das práticas da referida empresa, tanto do ponto de vista social como ambiental, em casos com visível desrespeito aos direitos de terceiros e transgressões à lei.

Número considerável desses trabalhos foi desenvolvido muito antes do advento dos grandes desastres ambientais em que a Vale esteve envolvida, seja o rompimento da barragem da Samarco — que acarretou, em novembro de 2015, morte de 19 pessoas e a contaminação de toda a bacia do rio Doce —, seja o rompimento da barragem da mina do córrego do Feijão, em janeiro de 2019,

que resultou em 240 mortos, 32 desaparecidos e na contaminação do rio Paraopeba, um dos afluentes do São Francisco.

Após a verificação dos danos inestimáveis produzidos pelos dois casos, difundiu-se na opinião pública a consideração de terem sido exemplos de "tragédias anunciadas". Alertas emitidos por distintas instâncias da sociedade haviam sido desconsiderados por empresas mineradoras e instituições governamentais responsáveis pelos processos de licenciamento, monitoramento e fiscalização de instalações portadoras de risco ambiental e social.

Estudos detalhados de universidades públicas, metodologicamente sistematizados e empiricamente fundamentados, identificaram irregularidades, problematizando seu complexo de causas e justificando alertas desse tipo. Os pesquisadores puderam demonstrar, assim, o exercício de sua liberdade acadêmica assegurada por lei, produzindo um conhecimento autônomo frente a eventuais pressões de poderes políticos e econômicos.

O caráter dito "anunciado" de tais eventos —ou seja, a prévia circulação de advertências a respeito da probabilidade de ocorrência— contrasta com a pequena ou nenhuma repercussão desses estudos junto a órgãos públicos responsáveis pelo controle ambiental das práticas produtivas.

O que merece ser destacado, em particular, é como a produção científica — expressa em um vasto conjunto de dados, de análises de documentos, de observações de campo e de registros da percepção coletiva de populações atingidas ou vivendo sob risco oferecido por projetos de mineração —, caso levada em conta, poderia evitar as gravíssimas consequências sociais e ambientais de tais desastres.

Impressiona, sobretudo, o fato de tais resultados terem sido expostos no espaço público, levados a apresentação em congressos, em defesas públicas de teses e dissertações, assim como publicados em livros, periódicos científicos e, em certos casos, divulgados em órgãos da grande imprensa.

Ao lado do trabalho da escola de Minas de Ouro Preto que indicava, em 2001, o deslocamento do eixo da barragem da mina do córrego do Feijão e sua suscetibilidade a mecanismos de liquefação, pesquisas em ciências sociais aplicadas registraram o temor de comunidades com o risco de rompimento da barragem de rejeitos na Serra da Gandarela, em razão da experiência anterior de terem se sentido impotentes para evitar o vazamento de substâncias tóxicas no rio.

Também registrou-se apreensão quanto a acidentes ambientais e o rebaixamento do lençol freático pela exploração de fosfato em Patrocínio (MG),

a falha da fiscalização do órgão ambiental que licencia empreendimentos e a falta de prestação de informações requeridas aos órgãos públicos em Carajás (PA), o recurso à fragmentação do licenciamento como meio de a empresa burlar a classificação do projeto de exploração de minério de ferro no Ribeirão da Prata/Raposos (MG) como de grande potencial poluidor.

Uma série de registros de riscos de outras ordens foram feitos pelos pesquisadores, tais como: disposição inadequada de materiais e despejo ilegal de minério no mar; emissão de poeira contendo substâncias tóxicas associadas a casos de doenças; perda de terras cultivadas e aráveis, destruição de recursos florestais e poluição de recursos hídricos pela abertura de minerodutos em áreas habitadas por comunidades tradicionais; rompimento de mineroduto gerando danos a centenas de famílias quilombolas.

Além de seu interesse propriamente científico, os resultados de tais pesquisas podem servir a usos sociais mais amplos, relativos à construção do interesse público e do bem comum, algo de elevada importância em um momento em que a atividade minerária vem se expandindo em nosso país.

A pesquisa social da universidade pública fornece, assim, um conhecimento fundamentado e disponível para o conjunto dos atores sociais, de modo que possam, quando testemunhas de atos ilícitos ou perigosos, do ponto de vista social ou ambiental, alertar a esfera pública, suscitando a tomada de consciência de seus contemporâneos e das autoridades.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA, RAMONA ORDONEZ E RENNAN SETTI

Título: Estados resistem a privatizar distribuidoras de gás

Ao menos sete governadores são contra a proposta, que faz parte do plano da União para baratear preço do produto para indústria e residências. Argumentam que mudança só é viável com o fim do monopólio da Petrobras na infraestrutura do setor

O plano do governo federal para expandir o mercado de gás natural e reduzir o preço ao consumidor, particularmente as indústrias, esbarra na resistência de parte dos governos estaduais em privatizar suas distribuidoras. Levantamento feito pelo GLOBO aponta que ao menos sete estados são contrários à privatização: Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Bahia, Espírito Santo, Alagoas e Sergipe. Dos 14 que responderam, cinco se disseram favoráveis, como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e dois ainda avaliam (Mato Grosso e Pernambuco).

Eles argumentam que a venda só pode sair do papel depois que a Petrobras abrir mão do monopólio da infraestrutura no setor. O governo planeja levar adiante as duas ações em paralelo. Além de ser a única fornecedora, a estatal é sócia de 19 das 26 existentes no país.

O fim do monopólio estadual de distribuição de gás e a privatização das empresas seriam condições para acesso a um programa de ajuda financeira aos governos estaduais. O incentivo seria parte do plano de "choque de energia barata" do ministro da Economia, Paulo Guedes, que busca baratear o gás industrial e residencial. A maior oferta de gás poderia gerar US\$ 50 bilhões em investimentos em setores como vidro, fertilizantes e metais.

SALTO NA PRODUÇÃO

Até 2030, a produção de gás natural no Brasil vai mais do que dobrar, passando de 63 milhões para 140 milhões de metros cúbicos diários. No entanto, só chega hoje a 3,6 milhões de consumidores. Desse total, apenas 3 mil são empresas. Para especialistas, a abertura do setor poderia elevar o número a 20 mil, mas o principal gargalo está no caminho do gás até chegar à distribuidora.

A Petrobras responde por 80% da produção nacional, mas domina a infraestrutura de gasodutos e estações de tratamento. As outras petroleiras vendem seu gás à Petrobras, que define preço e volume destinados às distribuidoras. Na outra ponta, ela indica diretores comerciais que controlam decisões de compra de gás nas distribuidoras das quais é sócia por meio da subsidiária Gaspetro.

— A Petrobras é acionista e tem acesso às informações, o que impede o surgimento de concorrentes que reduzam os preços — diz uma fonte da equipe econômica.

A dependência do fornecimento da Petrobras limita as distribuidoras e reduz sua atratividade em caso de privatização. É o que diz o governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), que tem interesse na venda da MT Gás, distribuidora estadual. Para ele, a companhia só seria viável se pudesse comprar gás diretamente da Bolívia, vizinha ao estado.

Após disputa judicial, o governo do Espírito Santo está reassumindo o controle da distribuidora, que estava nas mãos da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, e já faz planos para atrair indústrias, diz o secretário de Desenvolvimento do estado, Helder Rezende. Posição similar à de Sergipe em relação à distribuidora Sergaz: — Não será vendida, pois há expectativa de que ela ganhe mais valor com maior demanda no futuro — diz Eugênio Dezen, presidente da Sergaz.

Embora enfrente resistências, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já concordou em reduzir a pelo menos 50% a fatia da estatal no setor. Procurada a estatal não comentou.

Marcelo Mendonça, diretor da Abegás, que reúne distribuidoras, avalia que isso é essencial ao sucesso do plano:

— A produção de gás com o pré-sal vai crescer muito, mas as empresas não vão conseguir escoar essa oferta toda.

Para Pedro Kassab, diretor de Fusões e Aquisições do Banco Fator, a regulação das distribuidoras é menos madura por estar em nível estadual: — Isso poderia ser resolvido por meio de uma agência reguladora forte para o segmento.

Em nota, o governo de Alagoas disse que o projeto da União "desconhece a realidade do país e, principalmente, de Alagoas". Um dos argumentos citados pelos governos locais é o fato de que estados que já privatizaram suas companhias, como Rio e São Paulo, não conseguiram baixar o preço do gás. Marcus Cavalcanti, secretário de Infraestrutura da Bahia, atribui o preço ao consumidor ao praticado pela Petrobras, já que as margens de distribuição são baixas.

(Colaborou David Barbosa, estagiário, sob a supervisão de Bruno Rosa)

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Com imbróglia judicial, falta GNV nos postos em MT

Como precisa da intermediação da Petrobras, Mato Grosso sofre com a falta de gás há um ano devido a um imbróglia judicial que suspendeu um contrato entre a estatal e a Âmbor Energia, que pertence à J&F (dona da JBS) e controla a Usina Termelétrica de Cuiabá e o gasoduto que liga Bolívia e Cuiabá. A distribuidora local, MT Gás, também ficou sem gás e deixou os postos de combustíveis da cidade sem GNV, prejudicando motoristas. Eles nem conseguem fazer a vistoria. Além disso, muitas indústrias tiveram de trocar o gás natural por GLP, que custa o triplo.

— Há um interesse em privatizar (a MT Gás), desde que exista mercado. Se não houver solução para a continuidade do fornecimento do gás via Bolívia, vamos privatizar o quê? — questiona o governador Mauro Mendes (DEM).

A Fiemt, federação das indústrias do estado, entrou com processo na Justiça Federal exigindo que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) resolva a questão do desabastecimento. E pediu a inclusão da Gasocidente Mato Grosso (GOM), que opera o gasoduto, da Petrobras e da MT Gás no polo passivo da ação. O juiz ainda não deu uma decisão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Crescimento de fontes de energia limpa é boa notícia para o país

Número de turbinas eólicas e de painéis solares registra aumento significativo nos últimos anos

Notícias animadoras têm sido trazidas ao país sob a luz do sol e a forçados ventos. Uma delas diz respeito à multiplicação dos painéis de energia solar. Como mostrou reportagem do "Jornal Nacional", em apenas dois anos o número de instalações desse tipo saltou de 7.400 para 49 mil unidades em todo o Brasil, um aumento de mais de 560%. A disparada não acontece por acaso. Os altos custos da energia elétrica, por um lado, e o barateamento dos equipamentos, por outro, explicariam essa rápida expansão.

Um dos projetos que ilustram esse boom está sendo implantado no Cadeg, em Benfica. Mais de cinco mil placas fotovoltaicas formam o maior telhado solar da capital fluminense. Para se ter ideia do alcance, basta dizer que a energia produzida ali, em área maior que a do campo do Maracanã, daria para abastecer mil residências. Estima-se que, mesmo com os custos de instalação e manutenção, a economia na conta de luz será superior a R\$ 4 milhões na próxima década e meia. Nada mau. Nas residências, o avanço também tem sido significativo. Somente este ano, o uso de painéis solares em casas e em pequenos comércios aumentou 70%.

Outra iniciativa no campo da energia limpa que vem ganhando força é a instalação de cataventos gigantes. Segundo o JN, já existem mais de 7 mil espalhados pelo país. Juntos, produzem mais energia do que a Hidrelétrica de Itaipu, beneficiando quase 80 milhões de brasileiros. A estimativa é que em 2022 serão cem milhões.

Reportagem do GLOBO publicada em novembro do ano passado mostrou que a energia eólica já responde por quase 14% do Sistema Interligado Nacional. Mas, se for considerada apenas a Região Nordeste, esse percentual sobe para 70%. No fim do ano passado, o Brasil contabilizava mais de 500 parques eólicos,

sendo a maior parte nos estados de Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Se em 2011 a capacidade instalada de energia eólica no país era de apenas 1GW, hoje ultrapassa 14 GW.

Estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que o Brasil está cumprindo o compromisso de investir em fontes limpas e renováveis de energia, dentro dos objetivos definidos pela ONU. Segundo o especialista José Mauro de Moraes, do Ipea, a participação de todas as fontes renováveis na matriz energética brasileira é de 43% —e no mundo, de 18%.

Num país de dimensões continentais como o Brasil, em que há fartura de sol e de ventos fortes e regulares, essas fontes de energia são um caminho natural e desejável. À medida que o tempo avança, os preços de implantação desses sistemas tendem a ficar mais competitivos, o que acaba impulsionando ainda mais essas iniciativas. Elas são saudáveis para o consumidor, para o país e, especialmente, para o planeta.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/05/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Rompimento de barragem pode ter impacto maior, diz MP

Justiça dá 72 horas para Vale atualizar estudo sobre riscos de acidente em estrutura em Minas; reservatório pode sofrer ruptura a partir de hoje

O Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) avalia que o risco envolvido no possível rompimento de uma estrutura da Vale no estado pode ser maior do que o informado anteriormente pela mineradora. Esta semana o MP recebeu um documento em que a Vale afirma que o talude norte da cava da mina Gongo Soco, em Barão de Cocais, pode se romper a partir de hoje. Talude é o nome que se dá ao terreno inclinado que demarca o limite da barragem.

O pedido dos procuradores, agora já com chancela judicial, é que a Vale atualize os estudos sobre os possíveis impactos de um acidente, que poderia provocar consequências graves caso atingisse a barragem Sul Superior da mina, distante 1,5 km do talude norte. Em decisão proferida anteontem, a juíza Fernanda Chaves Carreira Machado, do Tribunal de Justiça de Minas (TJ-MG), determinou o prazo de três dias para a apresentação do chamado "estudo de dam brake" e estipulou em R\$ 300 milhões a multa em caso de descumprimento.

Em decisão judicial anterior, a Vale já havia sido convocada a apresentar esses dados, mas não forneceu informações sobre o impacto da mancha de inundação para o caso de rompimento de toda a estrutura.

MAIS REJEITOS

De acordo com o MP, "a situação do complexo minerá-rio, conforme informações fornecidas pela própria empresa, está pior". Há, de acordo com o órgão, um risco somado de rompimento da própria barragem de alteamento e de desabamento do talude da cava norte, localizado acima da barragem. As consequências do rompimento do talude envolveriam o lançamento de mais materiais, água e rejeitos sobre a barragem Sul Superior, que já está sob alerta.

Para a magistrada, "o descumprimento da liminar e o cenário calamitoso autorizam a majoração da multa, antes mesmo da oitiva da empresa, como forma de lhe impulsionar a iniciativa de resguardar a dignidade do povo cocaíense e contribuir com a segurança da sociedade que vive no local onde a mineradora auferi bilhões em lucro".

A Barragem Sul Superior está em nível 3, o mais crítico para risco de rompimento, desde 22 de março, e a Zona de Autossalvamento, próxima à barragem e que não receberia ajuda em tempo hábil em caso de acidente, já havia sido evacuada preventivamente, em 8 de fevereiro. A Vale estimou que, se a movimentação do talude seguir no ritmo atual, ele pode se romper entre hoje e o dia 25 deste mês.

A mineradora afirma que monitora a barragem 24 horas por dia. Sobre a decisão do TJ-MG, disse em nota que "apresentou o relatório mais atualizado de dam break da Barragem Sul Superior, explicando naquela oportunidade a adequação dos critérios técnicos".

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/05/2019****Seção: Rio****Autor: LUCAS ALTINO****Título: O paraíso do paraíso**

Área protegida que Bolsonaro quer transformar em "Cancún é berçário da Ilha Grande

Entre os municípios de angra dos Reis e Paraty, há uma porção de mar em que pesca e atividades de lazer são proibidas. Esse santuário da natureza preserva espécies ameaçadas de extinção e garante campo para pesquisas científicas. A Estação Ecológica de Tamoios é um paraíso dentro de outro paraíso — ocupa 5% da Baía de Ilha Grande, uma das regiões mais intocadas do estado. Mas, desde que o presidente Jair Bolsonaro defendeu parâmetros de conservação mais brandos para a "Cancún brasileira", a área de proteção, segundo

ambientalistas, passou a ser alvo de pescadores dispostos a desafiar a fiscalização e a driblar a lei.

O tamanho do perigo é proporcional ao tesouro que se guarda no território descontínuo, formado por 29 ilhotas e rochedos, onde vivem animais sob ameaça de extinção como a garoupa, a tartaruga-verde e o cavalo-marinho-do-focinho-longo.

O biólogo marinho João Vital, voluntário do conselho gestor da estação, conta que tem sido frequente fiscais se depararem com pescadores, em flagrante desrespeito aos limites impostos na área protegida, que os enfrentam, questionando as proibições determinadas pela legislação.

—Hoje o fiscal aparece e o pescador reclama: "Não acabou isso?" — diz Vital, que ajuda em trabalhos de pesquisa na área denominada "Barco-Escola", onde há cultivo de algas e peixes. — Na próxima semana, vou receber alunos da Unifoa (Centro Universitário de Volta Redonda), por exemplo. Essa contribuição científica existe, mas podemos fazer mais, basta ter verbas.

Apesar das dificuldades, há várias universidades desenvolvendo projetos que dependem da estação. O pesquisador Joel Creed, do Laboratório de Ecologia Marinha Bêntica (fundo do mar) da Uerj e membro do conselho gestor da estação, explica que o banco de dados sobre a biodiversidade marinha deve muito à existência da área de proteção.

— Há muitas universidades operando lá. Essas unidades de conservação são fontes de geração de novos organismos, porque são como berçários para os peixes —explica Creed.

A ideia de flexibilizar as regras da Estação Ecológica de Tamoios não é tão simples porque ela foi concebida por um decreto de 1990, que remontava a um outro de 1980. Esse prevê que todas as usinas nucleares do país devem ficar em áreas delimitadas, como estações ecológicas. Essa obrigatoriedade é uma forma de criar "cortinas verdes" no entorno das unidades, evitando casas nas suas proximidades. Em 2000, a Esec foi apresentada como condicionante para as licenças ambientais de angra 1, que já existia, de angra 2 — que entrou em operação um ano depois — e de angra 3. A estação é um termômetro ambiental para a atividade de geração de energia nuclear.

Membro do Instituto Socio-ambiental da Baía da Ilha Grande, Marcelo Neves observa que a Esec é fundamental para garantir a operação das usinas:

—Sem ela, você coloca em risco as atividades nucleares porque é preciso monitorar a qualidade do ambiente frente aos trabalhos da usina. A estação não é uma divindade ou uma birra, é uma obrigação legal.

SEM MULTA DESDE 2014

Por toda essa complexidade, os especialistas da área ambiental e o Ministério Público Federal, que tem a responsabilidade de monitorar possíveis ilegalidades na estação, defendem um movimento contrário ao que foi proposto por Bolsonaro. Para eles, o mais importante é garantir uma estrutura mais robusta à fiscalização, para coibir abusos. Hoje, a situação é de absoluta precariedade.

O procurador da República Igor Miranda da Silva é responsável por um inquérito sobre o quadro deficitário de servidores na Esec de Tamoios. Uma ação civil pública exige que o Ibama contrate, pelo menos, mais seis servidores para sua unidade de angra, que também ajuda na fiscalização da estação, que hoje conta só com quatro fiscais.

—Atualmente, a fiscalização é extremamente prejudicada, sucateada. É um absurdo, por exemplo, a sede do Ibama não ter lancha, precisar pedir emprestado a outros órgãos. Na sede do Esec, ainda estamos apurando a necessidade exata, mas sabe-se que também não há lancha — diz o procurador da República.

A defasagem na fiscalização pode ser verificada pela quantidade de multas aplicadas na estação desde 2000. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, foram 19 autuações, no valor total de R\$ 1,5 milhão, e quatro advertências. A última aplicada foi em 2014. O órgão não informou quantas foram pagas.

A Estação Ecológica de Tamoios ganhou projeção maior em 2012, quando Bolsonaro, deputado federal à época, foi multado por pesca irregular. A infração foi suspensa, e o fiscal que o multou, afastado. O Ministério Público instaurou uma investigação para apurar as circunstâncias em que a multa foi anulada.

Procurada, o ICMbio, responsável pela estação, não se pronunciou. Já o Ministério do Meio Ambiente apenas informou que qualquer proposta de modificação em unidades de conservação depende de projetos de lei.

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/05/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Mais uma linha de emergência para ajudar estados**

Crise fiscal leva governo a preparar socorro, mas deforma que a má experiência do Rio não se repita

A crise fiscal deixa um rastro de ruínas financeiras na Federação. Sem poderem emitir títulos de dívida — ao contrário da União —, estados encontram-se na penúria, com destaque para aqueles em que políticos consideram o dinheiro público inesgotável.

Já houve, desde a gestão de FH, três rodadas de renegociação de dívidas. O problema agora é de desencontro entre fluxos: receita e despesa. Esta, em ascensão, enquanto a arrecadação tributária é afetada pelo baixo crescimento da economia.

A situação é insustentável, porque os gastos aumentam de forma autônoma, principalmente os previdenciários — aposentadorias e pensões —, que crescem devido ao envelhecimento da população, e ainda são protegidos por lei. É a mesma corda que enforca a União, que pode se endividar, mas já ultrapassou o limite do razoável. Não há mesmo alternativa a não ser uma reforma séria da Previdência.

Para evitar o colapso de serviços públicos, a equipe econômica desenvolve um programa de socorro, apelidado de "Plano Mansueto", nome do secretário do Tesouro, para que estados possam atender minimamente a população, enquanto se ajustam.

É lógico e necessário que programas deste tipo sejam lançados. Mas deve-se proteger o dinheiro do contribuinte contra a irresponsabilidade fiscal atávica no meio político, que leva governantes a receberem ajuda da União e não cumprirem os ajustes prometidos.

O Rio de Janeiro serve de exemplo: aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, recebeu o auxílio fundamental de não pagar a dívida de 2017 a 2020, mas não cumpre integralmente o combinado.

Tem ao menos respirado, devido aos Royalties do petróleo, mas este é um dinheiro finito. Não aprendeu a lição. Se os Royalties forem desconsiderados, a receita de janeiro a março, em relação ao mesmo período de 2018, caiu. E houve um leve aumento das despesas de pessoal, com os servidores ativos.

O Rio de Janeiro não pode aderir ao "Plano Mansueto", pois está sob o regime de ajuste. Mas o provável fracasso fluminense não deverá se repetir no novo programa, que consistirá na concessão de aval do Tesouro a empréstimos bancários a estados, que podem chegar a R\$ 40 bilhões até 2022. A finalidade é melhorar a classificação de risco dos estados, para eles poderem ter acesso ao mercado de crédito.

Em troca, os beneficiados precisarão se comprometer com ajustes, assim como no caso do Rio. Mas a liberação do dinheiro será por etapas, para evitar que

governadores relaxem o ajuste e continuem a receber os recursos. É positivo que a União comece a fechar brechas pelas quais governantes obtêm ajuda do Tesouro, mas, de forma leniente, não cumprem o prometido e tentam mais à frente renegociar a ajuda. E assim sucessivamente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Beatriz Roscoe

Título: Brumadinho tenta renascer da lama

Brumadinho (MG) — O dia 25 de janeiro marcou para sempre a história do município de Brumadinho, em Minas Gerais. Após um estrondo, a barragem da Vale no Córrego do Feijão se rompeu, e a lama destruiu famílias, moradias e estabelecimentos comerciais. Foram 240 mortos identificados, e 32 pessoas seguem desaparecidas. O destino da região mudou tanto quanto a paisagem — de serras e fartura de verde para o cenário de lama e destruição.

Pouco mais de 100 dias desde a tragédia que mudou de vez a vida de moradores, a cidade enfrenta dificuldades para se reerguer. O maior motivo é a redução drástica do turismo, a segunda maior atividade econômica do município (atrás apenas da mineração). Desde o rompimento da barragem da Vale, restaurantes, pousadas, hotéis e serviços de entretenimento passam por crise. Alguns estão, inclusive, fechando as portas devido à baixa no fluxo de visitantes. Em 24 de janeiro, véspera do rompimento, hotéis e pousadas tinham uma taxa de ocupação entre 80% e 100%. De 25 de janeiro até meados deste mês, o máximo de ocupação foi de cerca de 20%.

A maioria das pessoas que ocupam hoje pousadas e hotéis não são turistas, mas moradores do município que perderam suas casas e vivem temporariamente nos estabelecimentos, com diárias pagas pela Vale.

De acordo com o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Aldinei Pereira, o impacto foi grande no comércio: redução de 50% a 70% nos negócios nos primeiros meses após a tragédia.

Para Eliane Castro, vice-presidente da Associação de Turismo de Brumadinho e Região (ATBR), potenciais turistas acreditam que a cidade está toda debaixo da lama e, por isso, deixaram de visitá-la. No entanto, apenas 5% do território de Brumadinho foi afetado fisicamente pelo rompimento da barragem, e 95% não sofreu nenhuma alteração. “As pessoas buscam por Brumadinho na internet e só o que veem é lama, mas muita coisa não foi afetada. As pousadas estão

abertas; os restaurantes, funcionando; e os acessos à cidade, livres”, destaca. “Então, a gente precisa que as pessoas voltem a visitar. À medida que a cidade volta a funcionar com alguma normalidade, conseguimos superar mais rapidamente.”

Vasto território

Brumadinho tem 639,4km² de extensão, basicamente o dobro da capital mineira, Belo Horizonte (331,4km²). O território conta com cinco distritos, sendo eles a sede do município, Aranha, Conceição de Itaguá, Piedade do Paraopeba e São José do Paraopeba, além de vários povoados. Apenas uma pequena parte do município foi atingida pela lama. A paisagem da cidade difere um pouco das imagens apresentadas por buscadores da internet. Brumadinho tem aparência praticamente normal, exceto por obras, como uma nova ponte que a Vale construiu para reparar os danos a um dos acessos ao município, que havia sido afetado pelo rompimento da barragem.

Além disso, é possível ver filas nos bancos e na sede que a mineradora montou para realizar os pagamentos de indenizações aos moradores. Antes da tragédia, a população era de 34 mil habitantes, mas agora cresceu bastante, porque pessoas de regiões próximas foram prejudicadas com o desastre e estão na cidade requisitando da Vale a reparação financeira. Embora não existam dados atualizados, especula-se que a população do município, no momento, é maior que o dobro do número oficial de habitantes.

Cristóvão Lana tem 62 anos e trabalha há mais de duas décadas com turismo em Brumadinho. Ele e o filho têm uma cooperativa de transporte de turistas (transfer) e veículos para locação, mas, desde o rompimento da barragem, eles precisaram vender dois carros. “Se (a mineração) tivesse mais segurança, não teria acontecido tudo o que aconteceu. Mas eu sou otimista, acho que não tem como piorar mais”, diz. “Eu tenho fé de que agora as coisas vão melhorar. As pessoas precisam voltar a frequentar Brumadinho para que a gente consiga se restabelecer.”

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

A repórter viajou a convite da ATBR

“Eu tenho fé de que agora as coisas vão melhorar. As pessoas precisam voltar a frequentar Brumadinho para que a gente consiga se restabelecer”

Cristóvão Lana, dono de uma cooperativa

240

*Número de mortos identificados. Há 32 pessoas desaparecidas***Título:****Assistência aquém do necessário**

A Vale está realizando pagamentos emergenciais para todos que residiam em Brumadinho e nas proximidades até o dia do rompimento da barragem. Mais de 45 mil pessoas receberam os valores não só em Brumadinho como também em Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim e Juatuba. Cerca de 55 mil registros foram agendados, e 78 mil se cadastraram nos Postos de Registro de Indenização (PRI). Além disso, foram criados pontos de atendimento para prestar serviços de acolhimento às famílias, como triagem e encaminhamento de desabrigados para hotéis, registro dos familiares com mortos e desaparecidos para recebimento de doações, entregas de chips de celular pela Defesa Civil às famílias, suporte assistencial e psicológico e refeitório com alimentação gratuita.

Lorraine Nascimento tem 18 anos e mora em Brumadinho desde os 4. Ela sempre passava pelo Córrego do Feijão no caminho da escola. A jovem trabalha como monitora de arborismo em um parque ecológico local, que também está prejudicado com o baixo fluxo de turistas. “Hoje, você vê que o psicológico das pessoas foi muito afetado, é muito complicado. Eu acho que nossa vida não vai voltar a ser o que era. Até no caminho que a gente passava todos os dias tem família que está se mudando, porque não quer mais ficar aqui, relembra a dor o tempo inteiro”, conta. “Um pedacinho de Brumadinho foi levado com a lama. É muito doloroso passar por perto e imaginar a cena, lembrar dos nossos entes queridos.”

Segundo a Prefeitura de Brumadinho, a assistência prestada pela Vale está ainda muito aquém do necessário. O órgão alega dificuldade no recebimento das multas ambientais, falta de apoio para estruturação de um distrito industrial que permita diversificar a matriz econômica e ausência de respaldo para infraestrutura, como pavimentação de trechos afetados.

Campanha para atrair turistas

A Associação de Turismo de Brumadinho e Região (ATBR) lançou a campanha Abrace Brumadinho, com o intuito de atrair de volta o fluxo de visitantes para o município. Segundo a vice-presidente da associação, Eliane Castro, o local precisa do turismo para se reerguer. “Se além da tragédia da Vale nós tivermos desemprego crescendo, empreendimentos fechando as portas por falta de público, teremos uma segunda tragédia. Precisamos recomeçar”, afirma.

A campanha ressalta as diversas opções locais de turismo, como o Instituto Inhotim, o maior museu a céu aberto da América Latina. Há também locais para a prática de arvorismo, rapel e outros esportes radicais, como voos de parapente na serra; trilhas de ciclismo, pousadas aconchegantes, restaurantes de gastronomia mineira, passeios históricos em comunidades quilombolas.

Para Leonardo Esteves, presidente da ATBR, este é o momento em que os brasileiros podem ajudar a cidade e aproveitar para turistar. “É preciso caminhar, olhar para frente, para tentar encontrar um futuro e retomar expectativas. É uma cidade muito bonita, de um povo acolhedor, e a lama agora faz parte da nossa história, mas somos muito maiores do que isso.”

Visitas escassas

O Instituto Inhotim costumava receber cerca de três mil visitantes por fim de semana. A queda na frequência, desde a tragédia, foi de 90%.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/05/2019

Seção: Cidades

Autor: Darcianne Diogo/Jéssica Eufrásio

Título: Carros elétricos guiam o DF à sustentabilidade

Como forma de complementar as opções disponíveis na área de mobilidade urbana no Distrito Federal, os brasilienses terão acesso a mais uma forma de locomoção. O Executivo local, por meio das secretarias de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Projetos Especiais, assinou uma parceria com empresas que oferecerão carros elétricos compartilhados. Inicialmente, a empreitada contará com 20 veículos, exclusivos para funcionários do GDF. A partir do segundo semestre, essa quantidade subirá para 50, e o uso contemplará a população.

A proposta agrada a analista de sistemas Carolina Guimarães, 38 anos. “Eu adoraria dirigir um veículo desses. Toda alternativa de modernização que tenha a intenção de melhorar a vida do cidadão é bem-vinda”, elogia. Ela acredita que a novidade causará efeitos positivos para o bolso. “Quem sabe o preço não seja mais barato do que o da gasolina”, afirma. Ela usa um carro próprio diariamente

para se deslocar do Guará até a Asa Sul, onde trabalha. Por mês, são mais de R\$ 180 em combustível.

O programador de sistemas Webster Alan Ferreira, 26, também recorre ao ônibus para ir trabalhar. Todos os dias, ele sai do Riacho Fundo 2 com destino ao Setor Bancário Sul, o que resulta em, aproximadamente, mais de R\$ 250 por mês. Segundo ele, a proposta dos carros elétricos diminuiria esses custos. “Pelo que observo, é uma forma de transporte mais prática que me ajudaria no deslocamento”, disse.

A novidade, entretanto, deixa alguns em dúvida. É o caso do técnico em segurança do trabalho Jânio Passos, 34. Ele considera que a capital ainda não está preparada para essa tecnologia. “Não há estacionamento para carros comuns, quem dirá para os elétricos”, compara. Ele também questiona a responsabilidade que a população terá sobre o veículo. “A ideia é boa, mas, para ser implementada, é preciso haver capacitação”, observa.

Metas

O governador Ibaneis Rocha anunciou a novidade na sexta-feira, em cerimônia no Palácio do Buriti. “Instalaremos pontos de tomada, onde os carros ficarão parados, como as patinetes eletrônicas. (Basta) entrar no site, fazer o cadastramento e, com o número e o aplicativo, utilizar o veículo, como (ocorre com) a bicicleta compartilhada”, detalhou. Entre as empresas e organizações envolvidas, há a Itaipu Binacional, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a BMW, que assinou contrato de comodato com o GDF para oferecer 26 veículos elétricos aos secretários do Executivo.

A iniciativa é um passo no caminho da sustentabilidade. Até 2030, o Brasil precisa cumprir os 17 objetivos da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento sustentável. As metas passam pela redução da emissão de gases na atmosfera por meio da adoção de modelos favoráveis ao meio ambiente. Para Rudi Henri Van Els, professor do curso de engenharia de energia da Universidade de Brasília (UnB), carros elétricos compartilhados podem funcionar como nicho de mercado.

Renault Twizy

» Uso compartilhado da população

» Número de lugares: 2

» Autonomia: 80 km

» Potência máxima/rotações:

17 cavalos/2,1 mil rpm

» Velocidade máxima: 80km/h

» Aceleração 0-45 km/h: 6,1 segundos

» Tempo de carregamento: de 40 a 60 minutos

» Pneus: Continental Eco contact, aro 13

BMW i3

» Uso exclusivo de secretários

» Potência máxima/rotações: 170 cavalos/4,8 mil rpm

» Velocidade máxima: 150km/h

» Autonomia elétrica real: 200 km

» Aceleração 0-60 km/h: 3,8 segundos

» Tempo de carregamento (carregamento rápido DC):

39 minutos

MME / ASCOM .